



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 16 de maio de 2023

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,52% São Paulo	108.464	R\$ 4,888 (- 0,71%)	R\$ 1.320	R\$ 5,316	13,65%	13,65%	Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71 Abril/2023 0,61
0,14% Nova York	109.029	9/maio 4,987 10/maio 4,950 11/maio 4,937 12/maio 4,923					

Seminário do **Correio** joga luz sobre a extração do ouro, setor importante da economia brasileira que sofre com a exploração predatória e o comércio clandestino. Rastreabilidade é chave para abrir mercados que exigem compromisso socioambiental

Garimpo da legalidade



» VINICIUS DORIA

Os desafios que o Brasil enfrenta para combater a exploração ilegal de ouro, regulamentar a exploração e o comércio do metal precioso e ofertar ao mercado um ativo de procedência idônea serão o tema do **Correio Debate: os caminhos do ouro**, em Brasília, a partir das 14 horas, com transmissão ao vivo pelas redes sociais do jornal. O painel de abertura terá como convidado o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. A mediação ficará sob responsabilidade do correspondente do **Correio** em Portugal, Vicente Nunes, e da colunista Denise Rothenburg.

O Brasil é o 13º maior produtor mundial de ouro, segundo relatório *Mineral Commodity Summaries 2019*, mas enfrenta severas críticas do mercado internacional por causa da rede ilegal que opera garimpos clandestinos em áreas protegidas, polui rios, destrói biomas, ameaça comunidades tradicionais — principalmente indígenas e ribeirinhos — e explora mão de obra à margem da legislação trabalhista. O combate às ilegalidades é uma exigência de quem atua regularmente nesse segmento econômico e um imperativo para a conquista de novos mercados. Bancos centrais de todo o mundo também estão trocando dólares de suas reservas para comprar ouro, com o objetivo de reduzir a dependência em relação à moeda dos Estados Unidos. Como essa tendência não deve ser interrompida, há um promissor mercado para o metal brasileiro.

Legal e sustentável

O debate está dividido em três blocos. No primeiro — *Caminhos políticos: os desafios de mercado*

—, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann; o presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, deputado José Silva (Solidariedade-MG); e a presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana apresentarão suas visões sobre o que o governo e a iniciativa privada podem fazer para assegurar a sustentabilidade do setor e que medidas devem ser adotadas para enfrentar o crime organizado que, cada vez mais, se infiltra na extração e na comercialização do metal.

Caminhos jurídicos: alternativas e desdobramentos é o tema do segundo bloco, que vai debater a legislação vigente e os aprimoramentos nos marcos regulatórios que podem ser feitos para dar segurança jurídica a quem opere nesse setor. Enfrentar a sonegação fiscal da atividade clandestina também é um importante desafio para autoridades do setor. Para debater esse tema foram convidados a subsecretária de Fiscalização da Receita Federal, Andrea Costa Chaves; o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil/DF Frederico Bedran; o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback; e o diretor da Casa da Moeda do Brasil Márcio Luís Gonçalves Dias.

A rastreabilidade do ouro brasileiro é uma exigência do mercado internacional, que se afasta cada vez mais de operações que provocam impactos ambientais e sociais. Para identificar a origem do metal extraído no país e assegurar sua qualidade, governo e setor privado contam com a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias capazes de atestar a origem do metal precioso. *Caminhos tecnológicos: as soluções e a importância da rastreabilidade* é o assunto do terceiro bloco do debate, que terá as presenças da gerente de Portfólio do Instituto Escolhas, Larissa Rodrigues; do diretor de Inovação e Mercado da Casa da Moeda, Leonardo Abdias; e do diretor de Administração da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Erich Asam Moreira.

Lítio expande horizonte para crescimento sustentável do PIB

» DENISE ROTHENBURG

Um dos palestrantes de hoje do debate Caminhos do Ouro promovido pelo Correio Braziliense, o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback, informa que uma das metas do Brasil é ampliar a participação mineral no PIB. “Essa participação hoje é de 3%”, diz ele. Para isso, Saback avisa que o país não precisa explorar biomas que devem ser preservados nem entrar nos territórios das comunidades tradicionais. “Nosso país é muito grande e há muito espaço ainda a ser pesquisado”, diz. Ele conta ainda que, nos próximos dias, o governo editará as normas de rastreabilidade do ouro. Em Nova York, onde participou de diversos eventos, inclusive do lançamento do Lithium Brazil Valley, na Nasdaq, ele conversou com o Correio. Abaixo um dos principais trechos da entrevista.

O senhor participou do lançamento do Lithium Brazil Valley, na Nasdaq, em Nova York. O que representa isso?

Significa que nós estamos dando luz ao Brasil do ponto de vista de competitividade, de atração de investimentos. Somos modelo de transição energética. Além de fazermos a transição, cumprimos a nossa agenda, a gente está exportando sustentabilidade para outras partes do mundo.

E já se sabe o que isso vai representar?

Em termos de emprego, vai significar para aquela região um milhão de postos de trabalho diretos e indiretos. O desenvolvimento do lítio no Vale do Jequitinhonha vai agregar valor para a economia nacional, a economia local e vai trazer para aquela comunidade muito emprego e muito desenvolvimento.

Jonilton Lima



Temos muitas riquezas para explorar em áreas sem conflitos, sem entrar territórios de comunidades tradicionais, em biomas que precisam ser preservados. Nós queremos uma mineração ambientalmente sustentável, uma mineração segura”

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, fala na produção de carros elétricos. É possível?

Estamos trabalhando nisso, nós, do Ministério de Minas e Energia, sob a liderança do ministro Alexandre Silveira, consideramos importante trazer toda a cadeia do lítio para o Brasil. Hoje, somos exportadores, comprovadamente um player mundial, e precisamos desenvolver a cadeia do lítio sob todos os seus aspectos. Desde a concentração, exploração, até a produção de baterias no seu estágio final. Então, é

importante a gente beneficiar, transformar esse lítio no nosso país, agregando valor e gerando renda para a nossa economia.

Já há duas empresas instaladas naquela região. Quantas mais virão?

É importante entender que há um potencial demonstrado, mas ainda há muito a explorar naquela região. Enquanto, hoje, a gente tem uma reserva de 95 mil toneladas de lítio na região, reservas conhecidas, com um pouco mais de pesquisa mineral podemos

encontrar muito mais, capaz de abastecer o mundo e o nosso país.

E, em relação outros minérios, como ouro, por exemplo, o que é possível fazer para evitar a extração ilegal, o contrabando e gerar riqueza para o Brasil?

O que interessa ao Brasil é uma mineração responsável, uma mineração que agregue valor, tanto ao meio ambiente quanto do ponto de vista social. O governo federal deve editar nos próximos dias a medida provisória de rastreabilidade do ouro, para a gente acompanhar todo esse processo, desde a extração até a ponta. O Brasil é um país muito rico do ponto de vista mineral. Queremos ampliar muito a participação do setor mineral no PIB, uma mineração sustentável e que agregue valor social às regiões onde é explorado.

E quais são os outros minérios promissores?

A gente quer focar em dois eixos: o eixo transição energética é o Brasil ajudando o mundo na questão das mudanças climáticas. O outro eixo é o Brasil ajudando o mundo na segurança alimentar, na produção de alimentos. Esses dois eixos passam pela mineração. Na transição energética, é importante incentivar e pesquisar se temos lítio, cobre, cobalto, níquel, todos minerais estratégicos. Do ponto de vista de segurança alimentar, precisamos de fosfato e potássio para garantir fertilizantes.

Há muita controvérsia sobre exploração mineral na Amazônia. Qual sua avaliação?

O Brasil é um país muito grande e temos muitas riquezas para explorar em áreas sem conflitos, sem entrar territórios de comunidades tradicionais, em biomas que precisam ser preservados. Nós queremos uma mineração ambientalmente sustentável, uma mineração segura.



RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

O GRANDE DRAMA DA SEGREGAÇÃO DE MASSAS É QUE O FUNDO FINANCEIRO VAI TENDO CADA VEZ MAIS SERVIDORES APOSENTADOS. OU SEJA, CADA VEZ MAIS DESPESA E CADA VEZ MENOS CONTRIBUIÇÕES. NO FUNDO CAPITALIZADO, DURANTE DÉCADAS NÃO VAI TER QUASE NENHUMA DESPESA, POIS SÓ VAI TER SERVIDORES JOVENS

Piauí dá o exemplo — I

A previdência é a maior despesa da União e de todos os Estados. Muitos municípios enfrentam o mesmo problema. E como há limites mínimos para os gastos em várias áreas igualmente importantes, e que também já têm um grande peso no total, são os gastos discricionários quem paga a conta, especialmente os investimentos em infraestrutura, prestes a zerar (daí à queda do crescimento do PIB é só um passo). Para piorar, a nossa previdência foi concebida no modelo de repartição simples, em que as contribuições dos ativos bancam as despesas dos aposentados e pensionistas. No princípio, sobram receitas, pois o número de aposentados e pensionistas é bem menor do que o de contribuintes, e os gestores ficam eufóricos com a folga de caixa. Só que, uma hora, o sistema envelhece e os déficits financeiros e atuariais

(ou de longo prazo) explodem. Para piorar, o Brasil está envelhecendo mais rapidamente que o resto do mundo, e isso só agrava o difícil quadro anterior. Sem atentar devidamente para isso, os formuladores do “arcabouço fiscal” vão acabar disparando suas baterias basicamente para os ganhos de arrecadação, o que dificilmente resolverá o problema fiscal brasileiro.

Só com a Emenda 20, no final de 1998, e a Lei 9717, foi que se começou a organizar de verdade a previdência dos servidores públicos do Brasil, principal foco desta análise. Passamos ali a ter na própria Constituição a obrigação do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios. E a saída básica para isso é implantar a sua capitalização. Com a Emenda 103/19, deixou-se mais claro o que é equilíbrio financeiro e atuarial, e, assim,

não há mais margem para manipulação de números e de fugir do debate certo. Em grande parte dos municípios foram criados regimes próprios na década de 90, e, assim, não se acumulou, nesse último grupo, um período muito grande sem capitalização.

Como dito, o modelo ideal é uma capitalização integral, como parte dos municípios fizeram. Pelas regras em vigor, faz-se um “plano de amortização” que se destina a cobrir, dentro de no máximo 35 anos, todo o déficit atuarial do regime em causa, mediante uma alíquota suplementar ou aportes financeiros periódicos. Só que, para um regime muito antigo, quando o déficit é muito grande, essa alíquota extraordinária fica muito elevada, como já se viu em certos casos concretos.

Uma segunda possibilidade, que foi a que a maior parte que tentou equacionar o déficit levou a cabo, foi a chamada “segregação de massas” em que se dividem os servidores em dois

grupos, um fundo em repartição simples, e um fundo capitalizado, este um fundo que já nasce com equilíbrio financeiro e atuarial garantido e que vai continuar existindo no futuro. Já o outro é um fundo financeiro, em extinção, onde não entra nem um novo servidor, e que vai ser extinto quando não houver mais qualquer participante nele, sendo o déficit desse fundo coberto pelo Tesouro do ente respectivo.

Qual a vantagem desse modelo relativamente ao anterior, do plano de amortização? É que vai ter um equacionamento ao longo de um período de tempo mais longo, algo entre 80 a 90 anos, período em que ainda vai haver pessoas dentro daquele fundo em extinção. É talvez a saída mais adequada para Estados como o meu Piauí, em função de o déficit ser ainda elevado, apesar das inúmeras reformas que já fez. Cabe destacar que, muito antes da Emenda 103, o Piauí já estava fazendo diversas reformas ao longo de 2015 e 2016, não tan-

to na parte de benefícios, pois na época isso não seria possível (já que a regra era única e nacional), mas em relação ao custeio do sistema, em que o Piauí aportou todos os estados previdenciários, com o intuito de reduzir o déficit, além de ter tomado outras medidas. Com efeito, no momento em que foi a aprovada a Emenda 103, que deu autonomia aos Estados para aprovarem suas reformas, o Piauí foi um dos primeiros a aprovar a sua, e a que fez foi uma das mais amplas dentre todos os estados brasileiros. Ou seja, fez o dever de casa dentro do possível tanto do lado do custeio (como no caso do aporte de ativos à previdência), como do lado do ajuste de benefícios. Só que, nada obstante a redução substancial do déficit previdenciário, ainda resta um déficit expressivo a equacionar.

O grande drama da segregação de massas é que, durante décadas, o fundo financeiro vai tendo cada vez mais servidores aposentados e não está entrando

mais ninguém novo lá, ou seja, cada vez mais despesa e cada vez menos contribuições. Enquanto isso, no fundo capitalizado, durante décadas não vai ter quase nenhuma despesa, pois só vai ter servidores jovens, a não ser um caso ou outro de pensão por morte, ou de aposentadoria por invalidez, o que leva à acumulação de muitos recursos, recursos esses que, quando se tinha um fundo único, ajudavam a pagar os benefícios dos aposentados — agora não mais. Esse, aliás, é o grande custo de transição que se tem quando se faz a segregação apenas por data de ingresso. E, assim, o que se vai ver é durante três, quatro décadas só crescendo o déficit do fundo financeiro, enquanto o fundo capitalizado, por mais que esteja equilibrado atuarialmente, do ponto de vista de recursos financeiros ele vai acumulando um volume cada vez maior. (Em minha próxima coluna daqui a 15 dias concluirei a análise da questão previdenciária piauiense).